

Sistema Capitalista *versus* Assistência Social: corte de investimentos públicos e o aumento dos descasos com a Proteção Social Básica

Capitalist System versus Social Assistance: cutting public investments and procedures increasing with Basic Social Protection

Elivan Maurício Mendes*¹

*elivan.mauricio@gmail.com

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

RESUMO

A Assistência Social é uma das três políticas públicas que compõem o tripé da Seguridade Social, ela visa trazer a garantia dos direitos sociais, sem prévia contribuição, e está dividida em três proteções: Básica, de Média Complexidade e Alta Complexidade. Sendo assim, o objetivo da presente pesquisa é tratar da Proteção Social Básica que é a sua porta de entrada, pois é onde se encontram os programas de transferência de renda, superação a pobreza, independência financeira e convívio familiar e comunitário, trazendo a compreensão de como os cortes dos orçamentos direcionados a esta pasta em específica, fazem com que a população-alvo vivencie um processo de desigualdade e pobreza em um ciclo contínuo, como o questionamento da necessidade de mais investimento, sendo que ocorre o contrário, e entender por que os grupos sociais menos favorecidos têm os seus direitos evadidos com essa política de monetização humana pelo capitalismo entrelaçado na administração pública.

Palavras- Chaves: Capitalismo; Desenvolvimento; Assistência Social.

ABSTRACT

Social Assistance is one of the three public policies that make up the Social Security tripod, it aims to provide a guarantee of social rights, without prior contribution, and is divided into three protections: Basic, Medium Complexity and High Complexity. Thus, the objective of this research is to deal with Basic Social Protection, which is your gateway, as it is where

you can find the income transfer programs, overcoming poverty, financial independence and family and community life, bringing understanding how the cuts in budgets directed to this specific folder make the target population experience a process of inequality and poverty in a continuous cycle, such as questioning the need for more investment, whereas the opposite occurs, and understanding why the less favored social groups have their rights evaded with this policy of human monetization by capitalism intertwined in public administration.

Keywords: Capitalism; Development; Social Assistance.

1. Introdução

O sistema capitalista é um modelo em que predomina a privatização e a busca constante pelo lucro, como também pela acumulação do capital na forma de bens e dinheiro. Embora seja considerado um sistema econômico, atualmente se estende ao campo político, social, cultural e étnico. Belisário (2013) compreende que o capitalismo, ou a forma de ser histórica sob o domínio do capital, se apresenta a partir da necessidade abstrata de valorização do valor.

As políticas públicas alcançam a todos os cidadãos, independentemente de sexo, raça, religião ou nível social. Sua função é promover o bem-estar à sociedade. É um processo com uma série de etapas e regras, cujo objetivo é resolver um problema público, ou seja, chegar a uma finalidade que agrada a um grupo de pessoas. Ferreira (2016) classifica as políticas públicas como constitutivas, redistributivas, regulatórias e, por último, as distributivas que têm a finalidade de distribuir serviços e bens para uma parcela da população que se encaixe naquele determinado perfil. É nessa definição que se insere a Assistência Social.

A Assistência Social se habitua no campo das políticas públicas e tem por objetivo garantir a proteção social aos cidadãos. Ou seja, apoio a indivíduos, famílias e comunidades no enfrentamento de suas dificuldades, através de serviços, benefícios, programas e projetos. Entretanto, com o enxugamento das contas públicas, que conseqüentemente reduziu o investimento público, fez com que a área social tivesse muitos cortes orçamentários. Apesar de sua importância por estar ligada aos menos favoráveis, uma das suas bases que mais sofreram com essas recaídas de orçamentos foi a Proteção Social Básica. Esse conjunto de serviços, programas, projetos que visam prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

O tema escolhido tem relevância para a compreensão de tantas mudanças orçamentárias na área social, como a sua origem, a importância de compreender os objetivos da política pública de Assistência Social. Destaca-se a manutenção dos programas ofertados em todas as áreas, bem como a influência do modelo capitalista entrelaçado à administração pública, além de compreender o quanto essa nova forma afeta essa parte da esfera governamental e quais são suas consequências na população em geral. Assim, o projeto de pesquisa visa entender esse enxugamento dos investimentos públicos e a concentração de cortes na Assistência Social, que, conseqüentemente, aumenta a questão social. Entender o porquê de focar nela essa desaplicação de recursos, se a política é direcionada aos mais vulneráveis e analisar o impacto direto na vida dessas famílias que compõem seu público-alvo.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a importância da Proteção Social Básica como porta de entrada da Assistência Social. Os objetivos específicos são: evidenciar os cortes de investimentos na área social atualmente e verificar como estão sendo oferecidos os serviços de Proteção Social Básica no atual modelo capitalista burocrático da administração pública.

2. Materiais e Métodos

A pesquisa utiliza método quantitativo para entender o processo de cortes orçamentários nos últimos cinco anos na Assistência Social, com foco na Proteção Social Básica nos últimos três anos, analisando como tais fatores alteram a qualidade dos serviços ofertados. O estudo busca argumentar os resultados com base em características específicas, comparando os dados e no que concernem os serviços ofertados socialmente.

Foram usadas bibliografias que abordassem o capitalismo de forma breve, apresentando seus conceitos, objetivos e como ele faz parte da administração pública atual. Além disso, foram analisadas as características da Assistência Social e, conseqüentemente, da Proteção Social Básica. A pesquisa também incluiu a análise documental (leis, artigos) que compõem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para agregar maior qualidade às informações que tratam sobre a Tipificação Socioassistencial, que orienta a implementação de programas e projetos das Proteções Sociais, em especial a Básica.

O público-alvo do estudo são as pessoas que precisam da política pública da Assistência Social, de uma forma indireta ou direta, como também aquelas que precisarão no futuro. A pesquisa busca analisar de forma ampla como os cortes orçamentários afetam a qualidade dos serviços ofertados e, conseqüentemente, a qualidade de vida dessas

pessoas, que passam a ser menos assistidas pelo Estado e enfrentam o aumento das questões sociais.

A pesquisa foi realizada em um período de três meses, desde o levantamento teórico, a busca de dados quantitativos e descritivos, a análise de bibliografias e documentos específicos sobre aspectos e direitos relacionados à Assistência Social. O objetivo foi garantir o processo ético da escolha dos assuntos abordados, das citações e das pesquisas usadas como referência. A análise do material colhido permitiu a formulação de uma hipótese, apoiada por dados numéricos para a complementação da argumentação sobre os cortes orçamentários na Assistência Social, situando o capitalismo e a administração pública como atores principais dessa problemática, que causa mais desigualdade social.

3. Resultados e Discussões

3.1. Capitalismo e Assistência Social.

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 95, no dia 15 de Dezembro de 2016, foi determinado em lei um congelamento, durante 20 anos, no orçamento fiscal no que diz respeito aos gastos primários. Como a Seguridade Social, composta pela Previdência, Saúde e Assistência Social, faz parte desses custos, os investimentos nessa área foram sendo reduzidos, e os gastos diminuídos gradativamente ano após ano, especialmente no que tange à área social. Isso resultou na extinção de novas políticas públicas e na manutenção limitada das existentes (Veronaze, 2017).

Essa medida remete ao novo modelo de gestão do Estado capitalista, que possui uma configuração própria em relação a outros períodos históricos. Sua apreensão é complexa, pois não é estático (Fontes, 2017). Dessa forma, o capitalismo brasileiro reposiciona sua dinâmica de acumulação e impõe, por consequência, uma atuação estatal mais comprometida com a seleta população privilegiada. Assim, as classes menos favorecidas tornam-se invisíveis, enquanto a alta classe permanece intocada, sem sofrer cortes que ameacem os privilégios que possui (Pochmann, 2017).

Além disso, complementando a lógica sobre o atual modelo econômico que se entrelaçou à administração pública, temos que “a razão do estado se confunde com os interesses da burguesia, em especial o crescimento econômico, equiparado à produção capitalista” (Fontes, 2017, p. 418). Ferreira (2016) acrescenta que as políticas públicas parecem bifurcadas: de um lado, asseguram com vigor a expansão do capital, através da implantação de barreiras protetoras ou blindagem que as isolam das expressões do voto popular; de outro, refletem um modelo estatal cada vez mais patrimonialista e burocrático, findado em processo político de favorecimento próprio.

Mesmo com as conquistas da Constituição Federal de 1988, a política de Assistência Social não acabou com a marginalização da área assistencial pelo poder público. Esse preconceito só começa a ser rompido com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, e mais enfaticamente com a aprovação da Política Nacional da Assistência Social (PNAS) em 2004. Veronaze (2017) complementa que essa política pública já sofria com o descaso desde sua origem, enquanto Carraro (2014) argumenta que apenas com a criação de leis específicas se asseguraram ações concretas e o consequente investimento público.

Com o surgimento da Política Nacional de Assistência Social (2004) houve a transferência de recursos, que deveria ser operacionalizada pensando nas demandas presentes no nível da Proteção Social Básica (PSB) e da Proteção Social Especial (PSE) (Passos, 2019). É importante frisar que, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2016), a Proteção Social Básica compreende um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios que visam prevenir situações de vulnerabilidade e risco social. Esses esforços fortalecem vínculos familiares e comunitários, contribuindo para o desenvolvimento social dos municípios, estados e do próprio país, amenizando as fragilidades e questões sociais (Rocha, 2014).

Veronaze (2017) aponta que a PSB se divide em programas, serviços e benefícios. O equipamento gerenciador desses esforços é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que articula, promove e acompanha as ações, além de planejar sua execução. D'Albuquerque & Satyro (2020) relatam a importância crucial do CRAS para garantir que esses direitos alcancem o público-alvo, que compõe a Proteção Social Básica, atenuando questões sociais e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários.

Entre os programas que compõe a PSB estão: o Acesso ao Trabalho, que promove o acesso ao mundo do trabalho através da geração de renda; o BPC na Escola, que acompanha os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) até os 18 anos, mapeando as dificuldades que eles têm no acesso à escola; o BPC no Trabalho, voltado para as pessoas com deficiência que trabalham; o Criança Feliz, que acompanha famílias com crianças de até três anos e crianças com deficiência até os seis anos, criando um elo entre as famílias e os serviços socioassistenciais, entre outros.

Os serviços são: o PAIF (Programa de Atenção Integral à Família), que une ações sociais e psicológicas, no trabalho individual e coletivo, diminuindo as dificuldades vivenciadas; o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que fortalece a proteção do público-alvo; a Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, que leva programas e benefícios diretamente às residências de quem tem dificuldades de acesso ao órgão gestor (Veronaze, 2017).

Por fim, os benefícios concentram-se no Benefício de Prestação Continuada, destinado a pessoas com deficiência e idosos com renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo vigente, além dos benefícios eventuais do SUAS, que são temporários e visam suprir uma necessidade da família naquele período, como enxoval, aluguel social e cesta básica, conforme Dorneles (2018).

3.2. Gestão Pública e Indicadores Sociais.

Maciel & Mattos (2020) retratam que é importante compreender os conceitos que compõem os atores envolvidos no processo de planejamento e gestão de orçamentos, incluindo seu direcionamento, principalmente quando as alternativas para resolver um problema começam a ser formuladas, originando novas expectativas. Já Belisário (2013) relata que essas decisões dependem do cálculo do custo-benefício, considerando perdas ou ganhos, bem como as vantagens e desvantagens atribuídas à solução de um problema.

Outra forma de atuação dos atores é por meio da pressão pública. Carraro (2014) exemplifica que isso pode incluir desde manifestações pela imprensa até o exercício da autoridade, caracterizado por exigências e obediência. Sobre o modelo da política burocrática que prevalece atualmente nas decisões do Estado, Amorim (2016) rejeita a ideia de uma racionalidade linear aplicada a políticas específicas, reconhecendo que os interesses dos diversos atores frequentemente geram conflitos entre diferentes políticas. Assim, para obter vantagens individuais, coletivas ou organizacionais, os atores estabelecem todas as alianças possíveis e utilizam variadas estratégias e recursos.

A política pública da Assistência Social, em especial a Proteção Social Básica, utiliza o diagnóstico socioeconômico como instrumento (Iamamoto, 2017). Esse diagnóstico caracteriza-se por um estudo da situação social de uma determinada população, envolvendo análises descritivas ou analíticas, tabelas de dados, cartogramas e indicadores específicos. Esses elementos subsidiam um ou mais programas sociais previamente delineados, permitindo maior alcance de pessoas e garantindo seus direitos através de um planejamento baseado na gestão pública (Veronaze, 2017).

Atualmente, com o crescente aumento do desemprego, as desigualdades sociais dispararam consideravelmente (Iamamoto, 2019). Conseqüentemente, o termo “pobreza” deixou de ser meramente conceitual, tornando-se uma realidade difícil de combater e apenas passível de amenização através dos programas sociais, principalmente os que integram a Proteção Social Básica. Sem essa estrutura, a pobreza estaria em um patamar ainda maior.

Portanto, a Assistência Social cumpre um papel importante na compreensão e enfrentamento das questões sociais. Através dela, as pessoas em situações de

desigualdade social são direcionadas aos serviços públicos existentes (Montaño, 2012). Esses serviços, definidos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), incluem programas, projetos e benefícios da Assistência Social por todo o território nacional (Carraro, 2014).

O planejamento eficaz, que envolva a Proteção Social Básica como porta de entrada da Assistência Social e direcione os usuários para outros serviços públicos, é essencial para garantir a proteção daqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social. Essa vulnerabilidade pode decorrer da pobreza, privação ou fragilização de vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento social (Amorin, 2016). Tal planejamento é fundamental para assegurar os direitos sociais incluídos nessa proteção específica.

Segundo o Portal da Transparência (2021), os investimentos do Ministério do Desenvolvimento Social, posteriormente substituído pelo Ministério da Cidadania (formado pela união do Desenvolvimento Social, Esporte e Cultura), na Assistência Social sofreram quedas enormes nos últimos cinco anos. O congelamento de investimentos definido pela PEC nº 95, de 2017, exemplifica essa tendência. A previsão orçamentária para 2017 era de R\$ 86,47 bilhões, mas o valor final foi de 30,07 bilhões, uma redução anual de aproximadamente 65,23%. Em 2018, a previsão era de R\$ 89 bilhões, mas o orçamento final foi de R\$31,98 bilhões (redução anual de 66,21%). Para 2019, os valores passaram de R\$ 94,93 bilhões para R\$ 35,93 bilhões (redução de 61,77%). Em 2020, houve um aumento devido ao auxílio emergencial, elevando os gastos de R\$96,45 bilhões para R\$316,61 bilhões. Para o corrente ano de 2021, a previsão era de R\$ 105,86 bilhões. Os dados citados são detalhados nas tabelas 1 e 2, que apresentam valores específicos gastos pela Assistência Social entre 2017 e 2021.

Tabela 1. Distribuição do orçamento da Assistência Social no ano de 2017.

| SUBÁREA (SUBFUNÇÃO) | VALOR EXECUTADO | PERCENTUAL |
|--|-----------------------|------------|
| Assistência comunitária | R\$ 30.268.776.547,84 | 36.43% |
| Assistência ao portador de deficiência | R\$ 29.455.113.321,78 | 35.45% |
| Assistência ao idoso | R\$ 22.704.569.570,93 | 27.32% |
| Proteção e benefício ao | R\$ 197.384.205,61 | 0.24% |

| | | |
|--|-----------------------|---------|
| trabalhador | | |
| Assistência à criança e ao adolescente | R\$ 174.483.664,10 | 0.21% |
| Outros | R\$ 292.082.838,68 | 0.35% |
| Total | R\$ 83.092.410.148,94 | 100,00% |

Fonte: Portal da Transparência (BRASIL, 2021).

Tabela 2. Distribuição do orçamento da Assistência Social no ano de 2021.

| SUBÁREA (SUBFUNÇÃO) | VALOR EXECUTADO | PERCENTUAL (%) |
|--|-----------------------|----------------|
| Assistência comunitária | R\$ 28.670.403.653,12 | 49.45% |
| Assistência ao portador de deficiência | R\$ 15.488.073.731,58 | 26.71% |
| Assistência ao idoso | R\$ 11.991.078.289,12 | 20.68% |
| Proteção e benefícios ao trabalhador | R\$ 1.738.980.996,00 | 3.00% |
| Assistência à criança e ao adolescente | R\$ 74.998.693,83 | 0.13% |
| Outros | R\$ 18.878.358,73 | 0.03% |
| Total | R\$ 57.982.413.722,38 | 100,00% |

Fonte: Portal da Transparência (BRASIL, 2021).

Entretanto, apesar desse constante crescimento quinquenal, não foi suprida a necessidade orçamentária de uma pasta tão importante para o desenvolvimento social. No que se refere às subfunções nas quais foram investidos recursos, é notório ver que, de 2017 a 2021, houve redução progressiva. Destacam-se negativamente os cortes na assistência à pessoa com deficiência e na assistência ao idoso, que se limitam ao Benefício Prestado Continuado. Ou seja, as políticas controladoras resultaram na diminuição efetiva desses recursos. Como sugere Iamamoto (2019), sobre o aumento das questões sociais, tais acontecimentos reforçam a hipótese de que o capitalismo força, de todas as formas, a ausência da garantia dos direitos sociais, fazendo com que as pessoas esperem por

longos períodos para obter o benefício, justamente em razão da diminuição orçamentária, como critica Montaña (2012).

Em relação à assistência à criança e ao adolescente, a situação é ainda mais preocupante. De 2017 a 2021, houve um corte drástico, o que parece evidenciar que esse público é invisível ao Estado. Isso acarreta desproteção social, argumento defendido por (Dorneles, 2018), uma vez que os municípios com poucos recursos se limitam a ofertar apenas o básico. Essa precariedade aumenta a pobreza, marginalização, drogatização e trabalho infantil, problemas que são escondidos em face de um modelo no qual o enxugamento orçamentário na área social parece ser considerado necessário (Amorim, 2016).

Quando se analisa os investimentos na Proteção Social Básica, é nítida a redução drástica nos últimos três anos, equivalente a 63,96%, segundo o Portal da Transparência (2021). Em 2019, o orçamento utilizado foi de R\$ 1,80 bilhões; em 2020, foi de R\$ 914,46 milhões, encerrando o ano em R\$ 893,80 milhões (corte anual de 2,25%). Para o ano corrente, o orçamento previsto é de R\$ 648,55 milhões, dos quais já foram gastos R\$ 150,74 milhões.

Em 2019, de um orçamento estimado em mais de um bilhão de reais, como mostra a tabela 3, houve uma drástica redução para pouco mais de 600 milhões, como ressalta a tabela 4. Isso diante de uma pandemia, em um cenário onde as famílias não dispõem de informações necessárias para sua proteção e enfrentam uma realidade de falta de emprego, miséria, pobreza e marginalização. A Proteção Social Básica, como aponta Veronaze (2017), poderia conscientizar as famílias sobre o uso de equipamentos, isolamento e higienização. Mas diante de um orçamento insuficiente para manter os equipamentos funcionando e assegurar a presença de recursos humanos capacitados, os serviços, programas e projetos ofertados se tornam ainda mais limitados. D’Albuquerque e Satyro (2020) ressaltam que essa situação faz com que a PSB se torne um órgão incapaz de cumprir adequadamente suas competências. Isso ocorre por causa do modelo capitalista burocrático nos municípios, que restringe ainda mais o uso de recursos e inviabiliza a garantia dos direitos definidos na Proteção Social.

Tabela 3. Orçamento da Proteção Social Básica ano de 2019.

| ESTÁGIO DE EXECUÇÃO | VALOR |
|----------------------------|----------------------|
| Empenhado | R\$ 1.800.349.202,00 |
| Liquidado | R\$ 1.800.253.586,13 |

| | |
|----------------------|----------------------|
| Pago | R\$ 1.800.253.586,13 |
| Orçamento atualizado | R\$ 1.800.351.099,00 |

Fonte: Portal da Transparência (BRASIL, 2021).

Tabela 4: Orçamento da Proteção Social Básica no ano de 2021.

| ESTÁGIO DE EXECUÇÃO | VALOR |
|----------------------|--------------------|
| Empenhado | R\$ 153.071.300,34 |
| Liquidado | R\$ 153.071.300,34 |
| Pago | R\$ 153.071.300,34 |
| Orçamento atualizado | R\$ 636.637.738,00 |

Fonte: Portal da Transparência (BRASIL, 2021).

Portanto, a porta de entrada da Assistência Social, tão importante para a garantia dos direitos sociais, conforme defende Rocha (2014), opera desenvolvendo ações que fortalecem as potencialidades individuais e coletivas, os vínculos e a autonomia. Tendo caráter preventivo, protetivo e proativo, essa estrutura não está recebendo o devido valor. Quando se trata da distribuição desses recursos, a disparidade orçamentária torna-se visível, evidenciando o planejamento atual do Ministério da Cidadania, fundamentado na PEC do congelamento de investimentos. Esse modelo, de origem capitalista, tende a deixar os menos favorecidos cada vez menos assistidos e protegidos, com seus direitos sociais diminuídos. Assim, o Brasil enfrenta uma crescente onda de questões sociais, mais graves e diversificadas, que, pior ainda, são naturalizadas como sendo culpa da população. Na realidade, essas questões são causadas pela administração pública, que, com seus traços capitalistas, transforma vidas em números.

4. Considerações finais

Diante do que foi exposto, fica claro que o capitalismo burocrático e patrimonialista afeta a forma de governo da administração pública, onde os recursos financeiros tomaram o lugar do valor à vida humana, dos direitos básicos garantidos na Constituição Federal de 1988, como moradia, alimentação, cultura, lazer, entre outros, no que concerne à Assistência Social, que é uma política pública que traz esses direitos como princípios seus.

Também é notório no estudo proposto que tanto a Assistência Social está sofrendo grandes cortes orçamentários, como a Proteção Social Básica, que é o foco da pesquisa, por ser a porta de entrada da Assistência Social. Infelizmente, com essas reduções, o que

ocorre é que os serviços que a compõem acabam sendo ofertados de forma limitada, o que gera cada vez mais desigualdade social e pobreza, em vez de amenização ou solução desses problemas.

É preciso mais aprofundamento sobre as questões sociais e o quanto elas estão crescendo com os cortes orçamentários da PEC nº 95, que se entrelaçou a um modelo burocrático que não avança para um gerenciamento eficiente. Isso afeta a qualidade dos serviços prestados e a vida da população alvo, sendo matéria para mais aprofundamento sobre a Proteção Social Básica atualmente ofertada pela Assistência Social no Brasil. Para futuras pesquisas, o estudo realizado poderá servir de material teórico para compreensão da política pública Assistência Social no período de 2017 a 2021, e, especificamente, de 2019 a 2021, para entender como ficou uma das suas proteções mais importantes, que é a Básica.

Contudo, apesar da sua importância, a Proteção Social Básica, infelizmente, tornou-se bifurcada, pequena, com pouco alcance e muitas vezes diminuindo os serviços ofertados para manter os mais urgentes. Todos os serviços têm a mesma importância, e, apesar disso, o investimento na área diminuiu drasticamente com o passar dos anos, como foi mostrado ao longo do trabalho. Com isso, cada vez mais pessoas têm seus direitos violados e vivem em situações de miserabilidade e desigualdade social, que não têm fim, criando um ciclo em suas vidas.

Esse comportamento estatal de valorização do capital se dá conforme os conceitos que compõem os atores envolvidos no planejamento e gestão de orçamentos, onde tudo se dá através do cálculo custo-benefício das perdas, ganhos, das vantagens e desvantagens atribuídas ao direcionamento de recursos na política burocrática. Nessa política, a racionalidade, os interesses públicos, pessoais, eleitorais e outros fatores ultrapassam as necessidades gerais da população, tornando mecanizada e numérica algo que deveria ser humanizado e investido, ou seja, a valorização da vida humana através dos programas, projetos e serviços que compõem a Proteção Social Básica.

Referências

AMORIN, C. **Por uma política externa ativa e solidária**. In: SADER, E. (Org.). O Brasil que queremos Rio de Janeiro: LPP/UFRJ, 2016.

BELISÁRIO, A. **Estado e administração pública**. V. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95. Diário Oficial da União. Brasil, DF.2016. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em 27/06/2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, DF; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2004.

BRASIL. Portal da Transparência. **Orçamento Atualizado para Área de Assistência Social. 2021**. Disponível em < <https://portaltransparencia.gov.br/programas-e-acoes/acao/219E-acoes-de-protecao-social-basica?ano=2021>>. Acesso em 22/06/2021.

BRASIL. Portal da Transparência. **Orçamento Atualizado para Área da Proteção Social Básica. 2021**. Disponível em < <https://portaltransparencia.gov.br/programas-e-acoes/acao/219E-acoes-de-protecao-social-basica?ano=2019>>. Acesso em 22/06/2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Curso de atualização sobre especificidades interfaces Proteção Social Básica do SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Brasília, DF. 2016.

CARRARO, D. **Tendências das políticas sociais no século XXI: a controversa dinâmica da captura da subjetividade**. In: PAIVA, Beatriz Augusto (Org.). Sistema Único de Assistência Social em perspectiva: direitos, política pública e super exploração. São Paulo: Veras, 2014.

D'ALBURQUERQUE, R; SATYRO, N. A demanda como determinante na execução dos serviços sócio assistenciais nos municípios brasileiros. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 26, nº 2, maio-agosto, 2020.

DORNELES, A. Os desafios da proteção social no contexto da política nacional de Assistência Social (PNAS): rebatimentos na garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes. V. 16, n. 1. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória. 2018.

FERREIRA, M. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. **Revista Administração Pública**. Rio de Janeiro. V 50, p: 959-979, nov./dez. 2016.

FONTES, V. Capitalismo, crises e conjunturas. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo. N. 130. P. 409-425. Set./dez. 2017.

IAMAMOTO, M. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 136, p. 439-461, set./dez. 2019.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2017.

MACIEL, F.; MATTOS, P. Como Pensar o capitalismo contemporâneo? **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 35, n. 03, p. 673–694, 2020. DOI: 10.1590/s0102-6992-202035030001. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/33922>. Acesso em: 23 jun. 2021.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

PASSOS, L; ANDRADE, A; SCARPARI, A. Financiamento da política de Assistência Social: Avanços e perspectivas. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 18, n. 1, p. 91-109, jan./jun. 2019.

POCHMANN, M: Estado e capitalismo no Brasil: A inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. **Educação & Sociedade**. Campinas. v. 38, nº. 139, p.309-330, abr.-jun. 2017.

ROCHA, M. **Crise capitalista, Serviço Social e consciência de classe**: crítica da reposição do novo (velho) conservadorismo no trabalho profissional na política de assistência social. In: PAIVA, Beatriz Augusto (Org.). Sistema Único de Assistência Social em perspectiva: direitos, política pública e super exploração. São Paulo: Veras, 2014.

VERONAZE, R. A Política de Assistência Social brasileira e a ameaça temerária aos direitos sociais. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 16, n. 2, p. 345 - 359, ago./dez. 2017.